

Seed desqualifica denúncias do Sintese

Com cópias do ofício, secretário da Educação mostra texto que insinua falsificação vinda da Seed. Em um dos trechos do documento, o Sintese refere-se, claramente, à fabricação de dados

■ Após denúncia do Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado de Sergipe - Sintese - vir à tona semana passada e colocar em xeque a veracidade dos dados da Secretaria de Educação - Seed - no que se referem às folhas de pagamento do funcionalismo público da área de Educação, o secretário Belivaldo Chagas quis se pronunciar. "Veja como o Sintese age: fala e depois não assume as próprias denúncias. Mas comigo isso não acontece: eu digo e sustento. Ele foi irresponsável", se referindo a quem entregou os documentos do Ministério Público do Estado de Sergipe - MPE/SE - ao Cinform.

Pelos documentos, o Sintese aponta um desencontro contábil que passa de R\$ 120 milhões entre as contas da Educação apresentadas pela Seed e as da Secretaria de Estado da Fazenda - o que levou o Cinform a produzir a manchete lógica "Educação: Sintese aponta sumiço de R\$ 120 milhões". Com cópia do ofício encaminhado pelo Sintese ao MPE/SE em mãos, Belivaldo mostrou as tais denúncias que tinham sido ditas ao Cinform, na íntegra.

O texto do documento do Sintese de número 1892/2013, datado em 23 de maio de 2013, protocolado no MP, insinua, e até sugere, que a Seed estaria inventando números e estatísticas para falsear a verdade. Eis um dos trechos: "Tivemos acesso aos documentos no Conselho Estadual do Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - e nos sites da Secretaria de Estado da Fazenda e Secretaria de Estado da Educação. Entendemos, diante dos dados apresentados, que esse egrégio Ministério Público precisa proceder a abertura de Inquérito Civil Público para apurar a verdadeira realidade da situação financeira da educação estadual que, no momento sinaliza para a fabricação de dados contábeis".

Aqui, Belivaldo reage. "Se eu cometer essa loucura de inventar informações, o Tribunal de Contas do Estado vai me pegar. E o Conselho do Fundeb sempre teve a folha à disposição, para averiguar quaisquer irregulari-



Belivaldo: "Se eu cometer essa loucura de inventar informações, o TCE vai me pegar"

dades. Tudo o que chega do Ministério Público e do Tribunal de Contas vem com um prazo, e eu respondo a tempo. Aliás, eu vou pedir ainda essa semana ao promotor Luis Fausto Valois, que cuida da pasta de Educação, repostas em relação a este processo da denúncia do Sintese", esclarece Belivaldo Chagas.

Em relação ao suposto "sumiço" dos aproximadamente R\$120 milhões da Seed, referentes às folhas de pagamento do funcionalismo público com recursos vindos do Fundeb, o secretário argumentou que a contabilidade não "bate", simplesmente porque os valores da Sefaz dizem respeito aos já processados. E o erário da Seed, no início do mês, mostra valores superiores, pois o órgão paga os profissionais no final do mês. Ou, até o quinto dia útil, como é estipulado por lei. "Se não fizemos tudo o que deveríamos fazer, nós estamos tentando. Mas não dá para simplesmente ir atacando. Se eles (do Sintese) não sabem, significa que sumiu? Eu também gostaria de saber onde é que sumiu. As informações estão sendo prestadas de acordo com as resoluções e com a Lei de Responsabilidade Fiscal", diz Chagas.

Sob alegação da dificuldade de se obter dados e informações da Seed, o secretário esclareceu que não pode entregar a folha de pagamento, na íntegra, com todos os dados pessoais e informações

sigilas de mais de 20 mil funcionários nas mãos de um sindicato. "Os representantes do Sintese começam a olhar a folha e veem um salário de R\$ 8 mil, por exemplo, e questionam. Bem assim: "como é que pode, professor recebendo R\$ 8 mil em um mês?" Aí nós vamos apurar, eu coloco em um Datashow e a gente vai verificar a folha analítica. A prestação de contas é assim. Mas na verdade, o que eles querem é pegar a folha, botar em baixo do braço e sair por aí vendendo a vida de cada um. Isso eu não posso fazer. A lei não me permite entregar a folha", explicita o secretário.

RECURSOS

O orçamento anual do Estado é encaminhado e aprovado pela Assembleia Legislativa. Depois é feito o detalhamento desse orçamento, separando valores e estipulando o que se refere a uma fonte vinculada, e o que advém de fonte não vinculada. Fonte vinculada é aquela para um fim destinado. No caso da Seed, como as despesas são pagas por esses dois tipos de fontes, é preciso compreender de que maneira isso ocorre. O recurso do Fundeb, que é uma verba federal acrescida de 20% da arrecadação estadual, geralmente serve para pagar a folha de profissionais da educação.

Por lei, os Estados devem utilizar no mínimo 60% desse montante para esta finalidade. Mas em Sergipe, segundo

o secretário, o Estado faz muito mais: utiliza 100% do dinheiro do Fundeb para o pagamento. E ainda acrescenta, todos os meses, aproximadamente R\$ 17 milhões para pagar os professores. "Em números redondos, a gente recebe uma média de R\$ 40 milhões mensais para pagar uma folha de R\$ 57 milhões. Então, o Estado tem que arcar com mais de R\$ 17 milhões todos os meses", diz.

A questão apontada pelo Sintese, de que ano passado também houve discrepância nos valores do Fundeb, o secretário respondeu dizendo o quanto o Estado coloca a mais para o pagamento do funcionalismo. "Na época de fazer as licitações para a Educação, lá na Sefaz, uma dessas despesas era para ser paga com recursos do Tesouro Nacional. E na hora da liquidação, uma das licitações foi paga com recursos do Fundeb. Quando fomos fechar o exercício e fazer o balanço final, verificamos que houve um pagamento que não estava dentro do estipulado. Aí a Sefaz fez a devolução do dinheiro. Se o Estado tem que complementar mesmo, então não há problemas quando o Estado utiliza o dinheiro do Fundeb para outra finalidade", diz.

Com relação às dúvidas de professores, de que a Seed estaria pagando pessoal inativo ou funcionário fantasma, Belivaldo Chagas argumentou que isso até pode acontecer, mas não é regra, e sim exceção. "E se houver um caso desses, e ninguém achar o cara, eu tenho uma maneira, que é a mais fácil do mundo, de localizar um servidor. É só bloquear o salário dele. Denúncias, eu acatarei todas, desde que sejam no espírito de cooperação e com responsabilidade", diz.

Sob a ação da Seed há aproximadamente 180 mil alunos, 20 mil servidores e diversos problemas. Durante os últimos nove anos, o Estado não realizou concursos para professores. Ano após ano, servidores dão entrada em pedido de licença para aposentadorias. Em 2011, a Seed aposentou cerca de 1.100 servidores. Este ano, mais de 2.300 novos professores foram aprovados em concursos. E mesmo com processos seletivos, contratos de dedicação exclusiva, desligamento de funções e reorganização das grades curriculares, ainda há muita carência na rede estadual. ■

Cinform
19 a 25/08/2013